

## A EDUCAÇÃO PERANTE O ADVENTO DA 'SOCIEDADE DO SABER' E O MERCADO DE TRABALHO

Ernesto Candeias MARTINS\*

### Resumo

A nova ordem mundial e transnacional faz que a globalização apresente alguns problemas educativos, entre eles, a identidade. Tudo isto determina no sujeito (aprendiz e aprendente), para ser ele próprio e poder desenvolver as suas capacidades, destrezas, valores e atitudes, a necessidade de se apoiar na síntese das experiências individualizadas, obrigando a escola a responder a este novo cenário, quer ao nível da estrutura organizativa, quer ao nível curricular. O advento da sociedade pós-capitalista do conhecimento ou do saber prova mudanças e conotações essenciais, alterando a revolução da produção em massa e da produtividade para a revolução da produtividade do conhecimento, da informação ou dos 'intangíveis'. Trataremos de expor alguns pressupostos determinantes para o futuro do trabalho humano na sociedade do conhecimento, não deixando de aludir ao papel da 'refundação da escola'. As novas formas de trabalho ao nível da educação actual implica a procura de alternativas (projecto curricular de escola e de turma, conteúdos e métodos como meios e não como fins e o papel do professor 'mediador' das aprendizagens), de modo a capacitar o futuro cidadão e trabalhador para esta nova sociedade do conhecimento e da informação.

**Palavras-chave:** *Sociedade do Conhecimento; Globalização; Mudanças; Conhecimento; Escola Refundada; Professor Mediador; cultura escolar; Competências Profissionais.*

### EDUCATION BEFORE THE ADVENT OF 'KNOWLEDGE SOCIETY' AND THE LABOUR MARKET

#### Abstract

The new transnational world order causes globalization to present some educational problems; among them, the identity. This situation stimulates the subject ("aprendiz" and "aprendente") to be himself and to be able to develop their capabilities, skills, values, attitudes, the need to turn to individual experiences, compelling the school to respond to this new scenario, in terms of both organizational

structure and curricular level. The advent of the post-capitalist knowledge society goes through changes and critical connotations, shifting from the mass production revolution and productivity to the revolution of knowledge productivity, information or the "intangibles". We will attempt to expose some crucial assumptions for the future of human labor in the knowledge society while alluding to the role of the "Refounding of the school". The new forms of labor at the level of current education implies the search for alternatives (draft class and school curriculum, content and methods as a means and not as a purpose and the role of the teacher as a "mediator" of learning) so as to empower future citizens and workers to the new knowledge and information society.

**Keywords:** *Knowledge society; Globalization; Changes; Knowledge; Refunded School; Mediator Professor; School Culture; Professional Skills.*

#### Introdução

As sociedades e as culturas dos povos, tal como as pessoas que as compõem, evoluem e mudam, devido às transformações, mais ou menos súbitas, surgindo um 'novo tipo de sociedade com novas estruturas sociais, políticas, económicas e culturais. A sociedade ao se reestruturar muda a sua visão ou concepção do mundo, o sistema de valores, a educação e as formas de vida. Desde as origens da Humanidade, podemos contemplar globalmente a sua evolução até aos nossos dias, com os seus próprios processos, cinco grandes transformações ou mudanças de cultura (ciclos sócio-culturais), com mais ou menos duração e impacto: Até ao século XIII - sociedade gregária e agrícola; a Idade Média com as escolas populares e universidades; a inven-

---

\* Doutor em Ciências da Educação na área da Teoria e História da Educação. Professor do ensino superior politécnico do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Portugal. Investiga a formação de professores, a história da educação social, a pedagogia social, a história da criança em risco, história das instituições de reeducação, educação para a cidadania a interculturalidade e animação socioeducativa. E-mail: ernesto@ese.ipcb.pt

ção da imprensa -1456 com impactos na comunicação, nas artes e ciências; a Modernidade com o racionalismo, idealismo e positivismo científico até à Ilustração e às revoluções francesa e americana, com a aparição de novos estados nacionais e novas ideologias políticas (Vattimo, 1986); e a invenção da máquina a vapor (século XVIII) estabelecendo um novo sistema de comunicação e organização de trabalho, aparecendo simultaneamente a motorização terrestre, a electricidade, o telefone, a rádio, o cinema e os meios de comunicação social e em pleno século XX, a electrónica, a informática e o digital) (Borja y Castells, 1999).

Desta maneira surgiu uma '*nova divisão do trabalho*' e de riqueza das nações, uma '*organização científica da empresa*' - revolução industrial, apoiada na produção em massa (teorias de A. Smith, W. Taylor) e posteriormente a '*Nova Sociedade*' ou '*Sociedade do conhecimento ou do saber*' (Peter Drücker - 1949), com a evolução das TIC e tecnologias aplicadas ao trabalho com as micro electrónicas, telecomunicações e sistemas telemáticas.

De fato, nos últimos dois lustros, desde a máquina a vapor, as mudanças e as transformações tecnológicas, produzidos com as respectivas revoluções industriais (a primeira em 1769 com a máquina a vapor, a 2.<sup>a</sup> em 1880 com a aplicação da organização científica do trabalho - racionalização dos processos e a 3.<sup>a</sup> iniciada em 1960 com o saber informatizado como energia pensante - produtividade do saber), actuaram como saltos de escala no sistema de comunicação e de trabalho com influência nas comunicações, relações e interações (social, económica, industrial, cultural, educativa, do trabalho e emprego) (Domenach, 1995). Assim, se gera o processo de globalização, revolução do conhecimento, em que o saber adquire uma nova dimensão socio-económica, quer na qualidade de serviço e/ou gestão, quer como instrumento e recurso de produção (teoria das oscilações, economista russo N. Kondratiev) [1]. Lembramos que na actual sociedade a energia produtiva, que deverá ser bem gerida é o 'saber - aplicado', o 'saber - fazer' e o 'saber - resolver' / saber efectivo na acção e aumentar o rendimento do que já se sabe - eficácia e inovação).

Vivemos numa sociedade onde a produtividade da economia e a competitividade dos agentes económicos se conseguem em função da aplicação da ciência, da tecnologia e do conhecimento nos processos de produção, gestão e investimento de

capital humano (intangíveis), de tal modo, que os poderes dependem do acesso imediato às fontes de informação e da sua capacidade de influência nos processos informativos, que configuram a consciência da sociedade e que levam às tomadas de decisão (Beck, 1998; Bruni, 1999). A revolução do saber, centralizada nas tecnologias da informação e da engenharia genética, constitui a base material de uma transformação social e estrutural, caracterizada pela centralização da informação e, ainda, do conhecimento, da educação e da cultura na organização da sociedade e na produtividade da economia. De facto a característica fundamental daquela revolução do saber é o acesso, processamento, a gestão, difusão e a aplicação do conhecimento, da generalização de mais informação efectiva na acção. Ou seja, a capacitação de aplicar as TIC e de utilizá-las como processos de desenvolvimento (paradigma técnico-económico) (Colom, 1997: 8-12).

A nossa argumentação baseia-se numa análise reflexiva sobre vários estudos, principalmente, de Giddens, Etzioni, N. Luhmann, Ulrich Beck (1998), Alvin Toffler ('*Schock de futuro*'; '*Novos poderes: o*

[ 1 ] A teoria dos ciclos largos já tinha começado com o economista holandês Van Gelderen: 1.º Ciclo entre 1789 a 1849 - actividade industrial apoiada no vapor, princípio da divisão de tarefas, o caminho-de-ferro, o barco e o telégrafo, os sistemas educativos com ensino primário, criação de academias e sociedades científicas; 2.º Ciclo 1849 a 1896, destacando-se a actividade industrial apoiada na siderurgia, electricidade, petróleo, produtos químicos e eléctricos, processos de mecanização e automatização - taylorismo e sistema educativo primário de massas; 3.º Ciclo 1896 a 1945 apoiada na energia básica o petróleo e no automóvel, sistema taylorismo e fordismo, implementação do Estado de Bem-Estar, era do consumo de massas estimulada pela política de Keynes, aparece o televisão, aviação comercial e a rádio, as auto-estradas e a engenharia de betão, e difunde-se o ensino superior e a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário; o 4.º Ciclo produzido entre 1945 até 1995, emergindo a micro-electrónica e as redes informáticas, surge as auto-estradas da informação (Internet), as redes digitais globais 'I-D', informatização dos sistemas de produção, precariedade do emprego e aumento do desemprego, aplicações do petróleo, electricidade e gás e a necessidade de reformas na educação, exigindo-se a formação contínua; o 5.º Ciclo começou em 1995 e alcançará até 2020 ou 2030, em que a pressão demográfica no planeta e a problemática de subsistência dos países pobres, a digitalização dos processos de produção e gestão do conhecimento, máquinas pensantes, precariedade do trabalho assalariado, etc.

saber, a riqueza e a violência no alvor do século XXI'), Gibson, Rifkin ('O fim do trabalho'), Peter Drücker, Charles Handy ('L'âge de raison'), J. Habermas (1989), E. Morin (1983), os Relatórios do Clube de Roma, da OCDE, da União Europeia, etc.

Neste sentido dividimos o nosso estudo em quatro pontos. No primeiro ponto abordaremos os principais processos causadores do fenómeno da globalização (trânsito da modernidade à pós-modernidade), que são o capitalismo global, as questões ecológicas e o crescimento sustentável, o desenvolvimento das TIC, a mundialização da política e a disseminação da soberania nacional, os processos de convergência cultural e científica, etc. No segundo ponto trataremos de analisar os cenários do mercado de trabalho que se configuram no futuro e no terceiro e no quarto posto, abordaremos a educação frente à globalização, destacando os problemas que daí advém frente às exigências da sociedade do saber e/ou do conhecimento.

### O termo globalização numa sociedade aberta e plural

Globalização, globalidade e mundialização constituem termos de uso normal e habitual na sociedade actual. Há diversas acepções deste termo aplicado a certos fenómenos (sociais, económicos, culturais, educativos) resultantes do processo de mundialização (Mattelart, 1998). Em princípio, consideramos o conceito de globalização:

\*- No sentido activo e dinâmico, como processo ou actividade, o termo globalização significa desde: a dimensão conceptual, o estudo das noções, questões, problemas, fenómenos, realidades que se pretende conhecer em toda a sua extensão; e a dimensão espacial implica o conjunto de processos e acções que se realizam (difusão, divulgação) ao nível mundial (acontecimentos, conflitos, fenómenos, processos, ideologias, culturas e civilizações). Neste caso, o termo implica 'mundialização' de acontecimentos, processos e fenómenos socioeconómicos, culturais, políticos, religiosos, educativos).

\*- No sentido passivo, como efeito, resultado de um processo ou actividade, o termo significa desde: a dimensão conceptual, o estudo, a compreensão de uma questão ou problema, tomados na sua extensão e conjunto; e a dimensão espacial a ocupação, expansão e divulgação, de uns factos, fenómenos, processos e culturas em todo o seu conjunto e extensão. Neste sentido, o conceito de globalização

significa a plena mundialização ou internacionalização (difusão) de determinados processos, fenómenos, realidades sociais, políticas, económicas e /ou culturais.

Desde a perspectiva dinâmica a globalização cria vínculos e espaços sociais transnacionais, que difundem ou revalorizam culturas locais e traz a primeiro plano terceiras culturas. É uma progressiva 'desnacionalização' dos 'estados - nação', um esvaziamento de competências na dimensão regional ou local e supranacional (Jameson, 1991).

Na nossa perspectiva de análise a globalização significa o conjunto de processos e fenómenos que se efectuem em todo o mundo, transcendendo umas vezes 'Estados - Nação' e os respectivos ordenamentos (jurídicos, políticos, sociais, económicos), exigindo a intervenção de actores e instituições transnacionais ou supranacionais. Trata-se da mundialização ou internacionalização do político, do económico, do social e do cultural.

No âmbito da pós-modernidade o fenómeno da globalização caracteriza-se: ramificação crescente dos espaços sociais, políticos, económicos e culturais ao nível mundial ou transnacional; crescente densidade social das redes e diferentes tipos de inter-relações, intercomunicações e intercâmbios internacionais (Rodríguez, 2000); estabilidade no tempo dessas redes e inter-relações (irreversibilidade); instauração de uma política mundial pós-internacional, aparecendo actores ou instituições transnacionais cada vez com mais poder de intervenção e decisão (multinacionais, organizações não governamentais, etc.) (Lyon, 1996; Lyotard, 1987, 1988); mobilidade de pessoas, dos trabalhadores e postos de trabalho, capitais, bens e serviços (comércio) (Morales Gutiérrez, 2002: 50-61); revolução no âmbito das TIC e o seu poder de difusão, actuando como transformador na sociedade pós-industrial ou pós-capitalista na sociedade do saber (Tourian, 1999); exigência de respeito pelos direitos universais e humanos por parte de todos os povos e nações, como fundamento de uma política de globalização (Cortina, 1995); e a universalização dos problemas vitais, como os atentados ecológicos e ambientais, o crescimento da pobreza, precariedade do emprego, multiculturalidade, desaparecimento do estado assistencial, sociedade de consumo e de mercado, conflitos, acontecimentos e problemas com repercussão pluri-dimensional.

Na verdade, são vários, diversos e comple-

xos os problemas na sociedade actual, produzidas pela globalização nas dimensões da actividade humana, adoptando-se lógicas explicativas 'monocausais' e/ou 'pluricausais', principalmente concomitantes a alguns factores, por exemplo, factor económico, factor ecológico, factor político e factor tecnológico. Desde os processos de convergência ou integração operam os distintos sectores tecnológicos, empresariais, financeiros, comerciais, políticos, sociais, culturais, institucionais, etc.

Em definitivo, a exigência determinante da globalização será o de pensar globalmente, em termos de globalidade, mas actuar localmente, ou seja, respeito total à diversidade e, simultaneamente uma equitativa co-responsabilidade. Esta é a consequência da globalização ou mundialização (local - global).

### **Cenários do trabalho humano na sociedade do saber**

Que mudanças se estão a produzir no âmbito do trabalho ou do emprego assalariado? Quais os cenários laborais que se configuram no futuro?

Com a inclusão da máquina, da automatização e informatização, dotada de energia cognitiva, desmantelou-se os processos de produção (manual) e de gestão habituais, em épocas passadas (revolução industrial), revolucionando-se com as tecnologias as organizações das empresas. O operário ou trabalhador converte-se em trabalhador do saber ou do conhecimento ('*brain worker*'), sabendo gerir e aplicar o saber a toda a forma de actividade humana e de organização social.

É verdade que não desaparecerá totalmente a mão-de-obra como factor de produção (trabalho manual), pois continuará a existir no futuro, em menor percentagem, a necessidade desses trabalhos na economia, independentemente do tipo contratual e da alta de qualificação que originará sectores de segmentação no mercado (Morales Gutiérrez, 2002: 47-53).

Com o advento da sociedade pós-capitalista do saber haverá uma tendência de empregabilidade de altos níveis de qualificação profissional e de competências ('*labour horading*') por parte das empresas, optando-se por contratar empregados com uma elevada formação e qualificação exigida pelo trabalho (Morales Gutiérrez, Chaves y Monzón Campos, 2004). Os dados da OCDE (fonte: Eurostat), nos finais do século passado para os países da U.E., esti-

maram um incremento de 13% de trabalhadores não manuais no sector empresarial, uma tendência para o efeito ocupacional (62%), para o efeito sectorial, principalmente para as ocupações próprias da área de serviços (directivos, técnicos superiores e profissionais) com um incremento elevado (36%), seguido do sector industrial, técnicos e pessoal muito qualificado (15%). Estes efeitos permitem-nos compreender a demanda da qualificação e de profissionais com elevadas competências (saber-fazer) nos sectores da actividade humana.

De facto, o saber, como bem pessoal, pelo seu valor educativo e como bem social, principal produtor de bens públicos, pela sua capacidade de inovação e progresso, constitui hoje uma exigência aplicada a todos os âmbitos da produção, da gestão e da actuação dos indivíduos. Neste sentido, já não se põe em dúvida a necessidade de uma aprendizagem contínua para todos os níveis e idades e sectores e de uma reconversão e requalificação profissional impostas pelos processos produtivos e mudanças ocupacionais.

Esta exigência ao nível do mercado de trabalho transcende as margens temporais obrigatórias do sistema educativo oficial, obrigando ao aparecimento de outras vias e opções profissionais em paralelo e em conformidade com o sistema educativo, em parceria com as empresas e instituições sociais. Não devemos ignorar que a revitalização das economias passa por uma previsão das necessidades educativas em matéria de emprego, pelo que uma análise às mudanças ocupacionais exige uma adequada racionalização das políticas educativas, de modo a garantir a disponibilidade da oferta qualificada ('*just-in-time*'), rentabilizando-se os custos (investimento) e evitando as titulações excedentárias ou irrelevantes para o mercado.

Nas últimas décadas do século passado que se gerou uma crise no mercado laboral, associada à preocupação pelo futuro do trabalho assalariado na sociedade do conhecimento e do saber, isto é, a instabilidade do emprego por vida, devido à informatização dos processos de produção e gestão das empresas, o elevado desemprego e mão-de-obra não qualificada ou pouco qualificada, a procura do primeiro emprego, o surgimento de novas qualificações profissionais, etc. A sociedade do trabalho e do emprego prolongou-se demasiado tempo e formulamos a ideia de emprego como a única forma legítima de ocupação e de vida. A incerteza obriga a uma reen-

genharia nas estruturas organizacionais das instituições e das empresas e do tempo destinado ao trabalho (Rodríguez, 2000: 222-231).

O emprego começa a ser uma mercadoria escassa e o conceito de trabalho começou a ter outros significados em vez de 'emprego estável' ou convencional de plena dedicação. Surgem segundos e terceiros cursos, pluriemprego, contratos flexíveis, economia submergida, etc. A sociedade de pleno emprego converteu-se, especialmente para os jovens e a quem acede ao primeiro trabalho, numa sociedade de precariedade de emprego, uma sociedade de emprego descontínuo ou parcial. A dedicação única e exclusiva por vida converte-se em raridade. A mobilidade no emprego e as mudanças de cursos vão criando a ideia de que o tempo de existência dedicado ao trabalho será escasso para muita gente, pois a automatização, a informatização e a digitalização ameaçam alterar a relação entre o tempo destinado ao trabalho e os tempos de ócio e prazer (Morales Gutiérrez, 2002: 64-70).

O trabalho desloca-se entre países, dentro das cidades, deslocação de empresas para outros países. A mão-de-obra, a destreza e o trabalho manual e artesanal, vai cedendo o seu lugar ao trabalhador qualificado e do saber nas novas empresas, novos trabalhos e nos processos de produção e gestão das empresas (revolução da produtividade do saber efectivo), unido à reestruturação das suas organizações, com eliminação de postos de direcção, concentrando categorias, criando equipas multidisciplinares de trabalho ('job shop' e 'gangs') simplificando os processos. O sector industrial (tal como antes o agrícola) declina a favor do sector de serviços, das redes informáticas e das empresas virtuais.

Analisemos agora como se organizará o trabalho no futuro imediato:

➤ Muita gente deixará de trabalhar para uma empresa de forma assalariada, a tempo completo, com estabilidade no mesmo lugar. As pessoas mudam mais vezes de actividades e ocupações laborais e de empresa e até lugar de trabalho. Haverá mais dificuldade no acesso ao primeiro emprego ou a encontrar um novo emprego em situação de desemprego.

➤ O tempo dedicado ao trabalho - período de actividade laboral através do tempo de existência, será cada vez mais curto, desigual e descontínuo para muitas pessoas, devido ao desemprego (cíclico), por saturação na demanda, por emprego tem-

poral e parcial, problemas na oferta, por desemprego estrutural e tecnológico, consequência da escassez de trabalho, política de contratos / jornada flexíveis, etc.

➤ Menos burocracias com sede em complexos e extensos edifícios, mais organizações, associações, empresas federadas e mais negócios, prescindem dos operários manuais menos qualificados e de pessoal de serviço; em contra partida surgem mais especialistas, profissionais para novos empregos (qualificação, profissionalismo, formação contínua).

➤ Maior importância atribuída à economia informal doméstica, 'bricolage' por conta própria e remunerados por conta de outrem, comércio privado, serviços ao domicílio, trabalho voluntário de signo social, consultorias e empresas de gestão.

➤ A partir da década de 90 do século passado, segundo o Eurostat e a Comissão Europeia (*'Directrizes para as Políticas de Emprego'* - 2000), a mão-de-obra reparte-se com trabalhadores assalariados de empresa: titulados superiores (25%) com contrato e tempo completo ou flexível; empregados qualificados contratados (25%) com tarefas de manutenção, vigilância, controlo, informática e administração e actividade comercial; empregados contratados a tempo parcial para tarefas, projectos ('job shop'); e outros empregados (40%), onde se inclui o pessoal manual, sem qualificação especial destinado a serviços de limpeza, transportes, restauração, 'bricolage' ou reparações diversas (25%) e o restante só com pessoal manual com pouca qualificação (mão-de-obra flutuante) (estrutura dos empregos por grupos).

➤ Aparecimento de novas formas de trabalho e de contratação, inseridas na economia informal ou submergida em forma de trabalho marginal, que origina receitas complementares (múltiplas opções temporais de ocupação, com flexibilidade laboral e salarial).

➤ Mais exigência na educação e formação contínua para se manter empregado ao mesmo tempo que as empresas se automatizam e informatizam nos processos de produção e de gestão. O sistema educativo adequa-se a uma educação ou formação profissional e em paralelo a requalificação e reciclagem nas empresas.

➤ A globalização provoca o deslocamento de postos de trabalho para outros países, criando novos cenários e modalidades de organização de trabalho ao nível europeu e mundial.

Em seguida, referiremos alguns cenários de

mercado de trabalho que se estão configurando na sociedade do saber, implicando mudanças e reformas laborais, o desaparecimento de alguns empregos assalariados e o surgimento de outros.

\*- A nova sociedade do saber supõe uma mudança de técnicas e procedimentos de informação e produção a cargo das TIC (paradigma tecnológico), que determinará novas modalidades de ocupação – sector de serviços (informação, gestão), tarefas informatizáveis do sector industrial e sector produtivo (Mattelart, 1998; Sennett, 2000).

\*- Em termos negativos corresponde a um capitalismo sem trabalho (Clube de Roma), construindo-se uma nova sociedade de pleno emprego apoiado no saber (aparecimento das novas tecnologias).

\*- Em termos otimistas contrapõe o milagre neo-liberal derivado do capitalismo global na criação de um mercado mundial (livre circulação) com oferta de emprego a tempo parcial.

\*- Em termos pessimistas e regressivos é o aparecimento no cenário actual de ghettos de desemprego, miséria e exclusão em algumas zonas ou países, o que obriga à mobilidade de trabalhadores, à emigração para outros países.

\*- O trabalho sustentável resultante da economia ecológica, apoiando-se na energia natural (renováveis), produção de serviços de protecção ao ambiente, mediante o uso das TIC.

\*- O fosso entre os que tem trabalho/emprego e os que não têm (*'apartheid global'*), especialmente as mulheres e jovens ou desempregados com idade próxima à aposentação, unido aos efeitos políticos e demográficos, confronto de culturas, desertificação, assimetrias.

\*- Cenário do empregado autónomo e temporal (emprego como ocupação temporal), ligado a projectos ou tarefas concretas. Surgem novas formas de trabalho: por Internet, o *'outsourcing'* (empresas que externariam algumas tarefas); o *'franchising'* (franquias); os autónomos aparentes resultantes do cruzamento de empresário e assalariado; modelo do empregador – empregado; criação conjuntural de empresas com pessoal contratado *'ad hoc'* à margem do convénio de trabalho.

\*- Individualização do trabalho através de contratos temporais e flexíveis, empregos precários que na sua diversidade de modalidades de emprego por conta própria.

\*- Na precariedade do emprego assalariado surge a sociedade das actividades múltiplas que

mudam as estruturas de organização da vida social, económica e sociopolítica.

\*- A sociedade pós-industrial com a precariedade de emprego conduz a uma sociedade do tempo livre, surgindo actividades a tempo parcial, assim como o trabalho cívico e de voluntariado (ONG).

No fundo o ofício, a profissão, o trabalho e o emprego deixam na sociedade do saber de serem o referente essencial em função do qual se regulamenta a actividade dos povos, surgindo uma nova identidade pessoal e social (Lipovetsky, 1989 e 1994).

Por conseguinte, as novas formas de trabalho, que actualmente se configuram em modelo múltiplo estratificado, perante a regressão do emprego assalariado são, segundo os dados do Eurostat: trabalho produtivo assalariado a tempo completo e por vida (40%) integrado por pessoal funcionário, directivo, *'manager'*, técnico e profissional qualificado das empresas. Neste âmbito, destacamos as certificações em cursos de ensino técnico (engenharias informáticas e telecomunicações, agrónomos, técnicos industriais), em ciências experimentais e da saúde, em ciências sociais e jurídicas (economia, gestão de empresas, direito, administração de empresas, investigação, marketing, técnicas d mercado), em turismo e animação cultural e socioeducativa. Há, ainda, outros estratos de emprego ou de empregabilidade, por exemplo (Fonte: Eurostat e Comissão Europeia, 2006): o do trabalho produtivo (30%), que inclui a mão-de-obra periférica e que flutua à volta das empresas (constituição de empregos autónomos ou empresas familiares), da Internet, emprego de pouca qualificação ao nível dos serviços, etc.; o da mão-de-obra externa e flexível (25%) que é composto de profissionais muito qualificados (licenciados, doutores, técnicos) ou sem qualificação que geram tipos de economia própria; o do trabalho marginal (5%) de população deprimida, desprotegida e explorada (compreende sujeitos entre 35 a 55 anos), em actividades mercantis e ilícitas; e o estrato transversal em relação aos anteriores níveis, com trabalho voluntário, intercâmbio de serviços, prestações temporárias, etc.

### Exigências educativas no âmbito da globalização

Explicámos algumas mudanças que se operam na ordem social, económica, política e cultural, com as diversas interpretações ou acepções que giram à volta da globalização (universalização, uni-

versalização contextual, 'glocalização', deslocação e mobilidade, etc.) e as respectivas implicações.

Consideramos num dos pontos anteriores os principais processos causadores do fenómeno da globalização (trânsito da modernidade à pós-modernidade): capitalismo global, as questões ecológicas e o crescimento sustentável, o desenvolvimento das TIC, a mundialização da política e a disseminação da soberania nacional, os processos de convergência cultural e científica, etc. O principal problema resultante deste fenómeno conduz-nos a uma sociedade da incerteza (ética do 'pós-dever' ou da incerteza) e a cenários de risco e conflito; uma sociedade mundial de cidadãos globais nas sociedades multi-culturais e multi-étnicas ou ao confronto de culturas; uma maior desigualdade social e económica entre os países e regiões, originando pobreza e exclusão social; a um pensamento plural e uma ética social desvirtuada e reduzida ao âmbito da privacidade, etc. (Borja y Castells, 1999).

Qual a relação destes acontecimentos e fenómenos com a educação? Que consequências nos sistemas educativos? Que tipo de mudanças, reformas e inovações devem produzir-se no âmbito educativo?

A reflexão sobre estas e outras questões pertinentes levam-nos a agrupá-las em três essenciais: Quais os problemas que a globalização apresenta à educação? Que enfoques e orientações assumem a educação na sociedade global e do saber? Como devemos entender uma sociedade aberta (K. Popper), plural e global onde convivem e interactuam as diversas culturas?

Em relação à primeira questão destacamos seis problemas importantes:

1.)- *Problema da identidade, de individualização, reconhecimento de nós próprios e com os outros.* Trata-se das dificuldades que temos no contexto da globalização para desenvolver a individualização: construção do 'EU', do auto-conceito e auto-estima pela fragilidade e instabilidade que afectam a família; dificuldade de (re) afirmação do próprio 'Eu' e auto-estima na adolescência e juventude, devido à inconsistência da amizade, da intimidade, das relações interpessoais, que provocam 'anomia pessoal e social', agnosticismo absolutos e ultraliberalismo; perda do referente profissional (reconversão e qualificação); etc.

Na verdade a nossa identidade constrói-se à volta de três referentes: o racional (juízo de valor), o

afectivo - social (expressão de pertença) e a subjectivação (exigência de sermos nós próprios). A sociedade global formada de convergências de múltiplas diversidades tem ausência de padrões de consenso, criando dúvidas para uma educação personalizada, humanizadora capaz de construir a identidade. A educação deve responder, através dos processos de amadurecimento e aperfeiçoamento (evolução psicossocial), aos seguintes aspectos básicos: 'Quem sou eu?' (saber como é), 'A quem pertença?' (individuo, pessoa) e 'A onde vou?' (expressão da capacidade de orientar o seu projecto de vida, autonomia).

2.)- *Problema da perda de referentes políticos, sociais, normativos, cognitivos, éticos e culturais.* Surgiram nos últimos tempos aspectos diacrónicos, tais como: a família (mudanças e desestruturação dos modelos anteriores) e o casamento ou uniões de facto; a escola passa a ser cada vez mais questionada (desde o movimento da desescolarização da década de 70, do século passado), devido aos indicadores de insucesso e abandono escolar, violência escolar, falta de realismo pedagógico, não adequação dos objectivos e conteúdos curriculares ao desenvolvimento das capacidades ou competências, desfaseamento metodológico frente ao TIC, perda de identidade e de referência escolar; desaparecimento da sociedade de pleno emprego devido à informatização e automatização dos processos de produção e comercialização, reconversão profissional, exigências no desempenho e qualificação; desaparecimento do estado - nação (perda de identidade) e o desvincular de certas vivências obrigando-nos a pensar globalmente, etc. (Michel, 2002: 17-20).

Na verdade a instalação na sociedade da incerteza e do risco, faz que cada sujeito assuma o seu próprio futuro, de modo a poder enfrentar a anomia pessoal e social. A adaptação às mudanças, às TIC e a outros modelos de emprego assalariado implica pensar para a descontinuidade (mente criativa, profunda auto-estima e capacidade de decisão).

3.)- *Problema da disfunção cultural e do 'shock entre culturas.* Está a surgir um mercado mercantilista que não reconhece as culturas locais e regionais, revelando certos nacionalismos radicais. As multiculturalidades criadas, devido às emigrações (económicas, laborais), estão sujeitas ao relativismo cultural e às aculturações partilhadas, de tolerância, de respeito e de harmonização a princípios universais (Giroux, 1981; Toffler, 1991).

4.)- *Problema dos valores e da reforma do pensamento que nos conduza à sociedade aberta, plural e global.* Assistimos a uma economia de mercado que origina um enfraquecimento dos valores sociais e um atenuamento das limitações morais, já que o mundo defende os seus interesses e os escrúpulos morais são um estorvo. Necessita-se de um conjunto de valores fundamentais (exercício de uma ética mínima) para essa sociedade aberta, democrática e participativa, uma revisão dos saberes estruturados à volta das áreas e domínios curriculares, concebidas na trans e interdisciplinaridade perante os problemas globais.

5.)- *Problema do distanciamento das gerações, devido ao acelerado afastamento (relações) entre os pais e filhos, entre os filhos e as etapas evolutivas e entre os profissionais e os cidadãos (confusão de 'roles').* Trata-se de uma dissonância afectiva, axiológica e cognitiva para a actividade educativa a desenvolver na família, na escola, no trabalho ou empresa e na sociedade e, ainda para a convivência democrática (disparidade de critérios e valores). Esta situação de crise intra e inter-gerações, crises normais de identidade infantil e juvenil complicam as crises de identidade entre gerações por falta de referentes (partilhados).

6.)- *Problema da re-conceptualização e reordenação das políticas educativas, implicando uma reinvenção da educação e da cultura.* Numa sociedade global e do saber, em que o conhecimento se converte no principal activo do homem frente ao emprego, determinam mudanças nos sistemas e processos de produção, nas profissões e nas competências individuais, deslocando os postos e emprego no mundo globalizado. Haverá que reestruturar e reorientar os sistemas educativos e reconduzir a política educativa de cada Estado ao nível internacional, investindo em formação, investigação e ciência (convergência)

Em relação à segunda questão, podemos afirmar que cada sociedade, para compreender e interpretar o mundo e a existência humana, adopta uma determinada atitude perante o passado, o presente e o futuro (Toffler, 1991).

Na nossa sociedade global e de mudanças, os atributos da época anterior convertem-se em obstáculos, o passado não é suficiente para compreender o presente, nem o futuro imediato. O futuro constrói-se aprendendo a intuí-lo, a prever a direcção e o ritmo das transformações, com imaginação, espí-

rito de decisão e criatividade (inovação). Para evitar o 'shock' do futuro deve-se criar sistemas de educação de futuro para a sociedade global, aberta e plural, que formule objectivos, desenvolva as capacidades, competências, valores e métodos e procedimentos para a aprendizagem (actividades), para um sistema de redes de inteligências participativas, dinâmicas e criativas na sala de aula, na escola, no emprego e na comunidade.

Por último, na terceira questão podemos sintetizar alguns enunciados de reforma e de mudanças educativas (Husén, 1979). A necessidade de reforma e de inovação educativa no sistema e na escola, de uma reorientação da educação/formação e das culturas, etc., tudo isto exige as seguintes propostas:

A.) - As gerações futuras terão que aprender a pensar a nível global ou mundial, mas aprender a actuar e a resolver a nível local, com intercâmbio de experiências, vivências e soluções. Este aprender a aprender, aprender a pensar, a reflectir e a questionar os problemas com mentalidade aberta e mundial, a partir da dimensão universal. As problemáticas globais projectam-se, reproduzem-se e repercutem-se a nível local, adoptando formas específicas concretas, que exigem soluções específicas com mentalidade aberta e sensível (Bruni, 1999).

Por conseguinte, os sistemas educativos terão que se reconceptualizar, re-estruturar, reordenar e funcionar numa estrutura global, um sistema de comunicação em rede, a diferentes níveis correspondentes a um sistema de nós: nó internacional (OCDE, UNESCO, EFTA, OUA); nó estatal (políticas, projectos e directrizes); nó regional (política local e directrizes estatais); nó do distrito escolar (projectos contextualizados) e diferentes nós locais.

Por outro lado, a nível das instituições deverá adoptar-se uma organização escolar flexível, aberta, dinâmica e virtual, em rede em cada região e local. Deste modo, permite-se uma aprendizagem presencial e virtual, mediante a 'e-formação' e 'e-learning' dentro de cada instituição educativa (agrupamentos flexíveis e com tipo de ensino presencial e virtual - comunidades de aprendizagem), projectos curriculares (escola, turma e aula) interactivos, interdisciplinares e plurais e, ainda, espaços diversificados de (tele) aprendizagem, convivência (relações) e de acesso à informação e actualização de programas, currículos e técnicas didácticas (Gervilla, 1993; Michel, 2002: 20-22; Rodríguez Neira, 1997: 11-19).

B.) - O trabalho na sociedade global e do saber, substitui-se por conhecimento e formação, desvinculando-se da orientação ao posto de trabalho e ofícios. Haverá que insistir na formação do 'EU', como orientação e acção, que se ensine a dirigir o projecto de vida desde nós próprios para um processo aberto e contínuo de aprendizagem e formação ao longo da vida (*'lifelong learning'*). Necessitam-se de estruturas educativas que promovam a formação geral e científica, a investigação e a inovação e, também, a formação profissional contínua e diversificada, a qualificação (tecnológica) e a gestão da informação (Tourinán, 1999).

C.) - A nossa cultura enferma de falta de adequação do saber no seu amplo sentido, devido ao entrosamento de áreas e domínios curriculares. É evidente que devemos ter presente a especialização do saber, a proliferação da informação e as exigências de reformar o pensamento para saber pensar e reflectir, isto é, tal como indicou o Relatório Delors (1996), aprender a aprender, a aprender a saber, aprender a ser e aprender a conviver.

D.) - A educação deverá contribuir a um novo humanismo neste milénio, com uma forte componente ética, de tolerância e de respeito (culturas, línguas, ideias, valores).

#### 4.- A educação e o sistema educativo na sociedade do saber

As profundas mudanças nas décadas de 60 e 70 do século passado nos sistemas de informação e comunicação (TIC), a emergência da micro-electrónica e a implementação das redes informáticas (Internet) e das redes digitais globais (Inovação - Desenvolvimento) foram produzindo, por um lado um incontrolável domínio da informação virtual ao nível mundial (e-formação), uma explosão de saberes em rede, de saberes por 'ementa' que nem sempre eram educação, tendo privilegiado a capacidade difusora e informativa dos multimédia frente ao sistema educativo formal, convertendo-se em autênticos sistemas formativos paralelos e alternativos de alcance universal - '*just-in-time*' (aprendizagens não formais), com uma capacidade de recomposição e síntese expositiva dos saberes (fragmentados e dispersos).

Por outro lado, uma desqualificação profissional contínua em todos os sectores de emprego ou de ocupação, um desfase crítico entre a formação profissional adquirida por acreditação e di-

ploma ou certificação oficial e a formação requerida pelo emprego, que provocou uma perda de empregabilidade dos assalariados, devido às mudanças e transformações sócio-técnicas e de gestão organizacional nos diversos sectores e estruturas empresariais (incremento da automatização e informatização dos sistemas e processos de produção e de gestão - contingência e recessão do emprego) (Rodríguez, 2000).

Como devem responder os sistemas educativos à explosão do saber nas diversas áreas científicas e ao progresso técnico? Ou seja, que tipos de cursos requerem as novas estruturas ocupacionais e às mudanças verificadas nos âmbitos económicos, sociais, cultural e tecnológico?

Trata-se de um problema de reestruturação curricular, pois a resposta àquelas questões, abrange o tipo de matérias e conteúdos curriculares mais adequados a configurar os planos de estudo e programas de formação, por níveis e modalidades de ensino, de modo a enfrentar os desafios do mercado de trabalho (reactivação do desemprego estrutural).

O processo de globalização e da sociedade plural devem ter em conta: o incremento dos desequilíbrios demográficos (ensino multicultural e a conciliação da própria cultura com a mundial); processo de mundialização da economia e da política exigem espíritos compreensivos e conciliadores (evitar nacionalismos fundamentalistas); o papel dos sistemas educativos de cada país na orientação do seu próprio desenvolvimento e progresso (Investigação - Desenvolvimento - Inovação).

Os critérios que presidem à mudança dos sistemas educativos estão na selecção dos objectivos educativos e dos seus respectivos conteúdos curriculares, a estruturação dos planos de estudo por níveis e modalidades, especializações e por módulos de competências. Isto é apostar nas capacidades, competências, destrezas e valores e atitudes como objectivos e os conteúdos, métodos e procedimentos como meios (Projecto curricular de escola e Projecto curricular de aula/turma) (Michel, 2002: 14-18; Torre García y Conde Viéitez, 1998).

O futuro dos sistemas educativos na sociedade do saber depende das exigências que requerem os problemas da sociedade, pois reforma atrás de reforma, sob a pressão social e recessão e contingência do sistema de emprego, provoca que os sistemas educativos enfermam em continuar a ensinar aquelas coisas (conteúdos) que se pode aprender por

si mesmo, em vez de ensinar aquilo que realmente se necessita saber (Finkielkraut, 1987).

A possibilidade de um sistema que oriente e forme de modo contínuo, múltiplo e diversificado ao longo da vida, unido a uma maior educação personalizada à 'ementa', de acesso a todas as modalidades de formação, a aprendizagens de conhecimentos, experiências, habilidades e competências, será o modelo regular à educação nesta sociedade (incluindo as aprendizagens complementares) (Rodríguez Neira, 1997: 23-25).

Esta exigência de um sistema dinâmico, que transcenda os limites específicos de cada ciência ou disciplina curricular, através de um enfoque interdisciplinar e pragmático do saber, poderá superar os muros da escola e da universidade, enquanto templos do saber, permitindo a cada aluno ser actor principal do seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional, superando a lógica do curriculum formal escolar e do ensino directivo (Colom, 1997: 10-15).

Por conseguinte, as estruturas educativas devem transcender os tempos regulados da escolaridade oficial, organizando-se estruturas educativas em paralelo e aprendizagens não formalizadas articuladas com o sistema educativo. Já não vigora a lógica do emprego assalariado por vida, na cultura do pleno emprego como único vector de actividade social. Haverá que aprender novas e mais alargadas competências.

Neste sentido, ressurgem os princípios da 'desescolarização da sociedade' (*'deschooling'*), formulados por I. Illich, e a descolonização da escola da criança de Paulo Freire, na década de 70, do século passado, como protesta social à institucionalização do mercado livre e do consumo. Impõe-se, pois uma 'desescolarização' da educação e do saber, relativamente (Canário, 1999: 42-45; Lipovetsky, 1994): aos tempos de formação ou de obrigação escolar, a favor de uma formação contínua ao longo da vida; aos lugares, cenários e espaços de ensino-aprendizagem, evitando o convencionalismo da aula e do ensino presencial, como forma de pedagogia eficaz, ampliando-se o ensino e a formação às empresas, organismos públicos e instituições culturais; aos conteúdos formativos (rígidos) numa lógica de currículo na base do paradigma condutista e da sociedade industrial; às sequências estritas dos níveis de aprendizagem, apostando na diversidade e nas opções funcionais de actualização dos conteúdos em fun-

ção do progresso e desenvolvimento do saber; sistemas e métodos de ensino-aprendizagem escolar apoiados na simples transmissão de certezas e saberes 'feitos'; o fim do monopólio da escola e universidade, do privilégio dos professores em serem os únicos espertos do saber e formação; e urge mudar o sistema de avaliação das aprendizagens e rever o carácter redutor dos títulos oficiais, estabelecendo a certificação de competências.

Creemos que se deve melhorar as competências do (futuro) empregado, garantindo a sua empregabilidade ou capacidade de ser empregado '*just-in-time*'. As empresas já há muito são organizações aprendizes (*'learning organization'*) capazes de aprender dos seus próprios assalariados ou empregados, beneficiando dos processos de produção e mantendo as cotas de competitividade e a qualidade (aprender do desempenho das tarefas).

Deste modo, a empresa converte os seus espaços de trabalho em espaços de aprendizagem, através de experiências, corrigindo erros, incorporando novas rotinas, habilidades e regras de actuação, que sendo novas competências, faz que o trabalhador continuamente aprenda, melhore e resolva situações (investigação-acção), neste cenário de engenharia das empresas. Hoje em dia exige-se qualificação profissional adequada ao desempenho do trabalho (capacidades e competências).

Efectivamente, a formação profissional é importante que seja articulada e configurada com o sistema educativo oficial, possibilitando o acesso ao primeiro emprego ou à reinserção profissional contínua, garantias de requalificação e empregabilidade e que se implemente um sistema de avaliação que possa capitalizar e homologar essas competências adquiridas (todas as aprendizagens profissionais - certificação de qualificação profissional).

Todas essas aprendizagens (formais e não formais) passam pelas escolas: disposição do aluno em aprender da experiência diária, numa lógica de reacção, de capacitação para o mercado de trabalho. A orientação do curso mais adequado às capacidades e habilidades dos alunos consistirá numa forma de gestão na orientação do aluno ao trabalho, à sua mobilidade, ao desenvolvimento de competências, disponibilidade e exigências de inovação.

Uma das formas de praticar a orientação para um emprego consistirá em convidar os próprios empregados de uma empresa a gerirem, a elaborarem e a conceberem os projectos empresariais (em-

preendorismo), pondo em acção o potencial criativo pessoal, ao serviço da qualidade e em competitividade. É desde a escola que se deverá ensinar essa nova concepção do trabalho na sociedade do saber ensinando a lógica da plena actividade humana e não a lógica do emprego assalariado ou da cultura do pleno emprego.

### Algumas ideias (in) conclusivas

Após a nossa exposição de algumas ideias surgidas neste advento da sociedade do saber perante a formação e o mercado do trabalho suje-nos esta questão crucial: Qual a nova ética e ideologia de trabalho frente a essa realidade laboral? Que atitudes provocam a estratificação do mercado de trabalho?

Sabemos que o trabalho foi uma das conquistas sociais, económicas, políticas e culturais mais decisivas da Modernidade pelo seu valor extrínseco, como factor de riqueza individual e social, como capacidade de produção de bens e serviços, de progresso e desenvolvimento dos povos e das nações e, ainda, como valor intrínseco, como factor de desenvolvimento pessoal, social e cultural, como agente de auto-realização e emancipação e de conquista da própria liberdade individual e de condição de cidadão o que está em questionamento devido à precariedade do emprego assalariado (Bauman, 1993 e 1994).

Por um lado, a escolaridade obrigatória, que deveria responder ao princípio de universalização e democratização da educação, proposta desde a Iluminismo e Modernidade, permitiu manter a infância e a juventude longe das minas e fábricas. A própria sociedade começou a considerar a educação como alternativa ao trabalho, em vez de uma preparação para a vida, pelo que em tempos de recessão e precariedade de emprego, acredita-se em prolongar a escolaridade escolar e a introduzir o ensino secundário obrigatório.

As conquistas científicas, técnicas, socio-económicas e culturais conseguidas com as sucessivas revoluções industriais produziram (metade século XX), uma explosão escolar, que serviu aos governos para promover o acesso de todos cidadãos a todos os níveis educativos. De facto, os sistemas educativos fecharam-se nas suas certezas curriculares, fruto da especificidade do acto de ensinar e da natureza dos cursos, sem se abrirem às exigências e processos de mudanças na sociedade do saber. Contu-

do, a comprovação do insucesso e abandono escolar, da selectividade do sistema (ensino secundário e universitário), o fracasso às individualidades e diversidades, apoiadas na pedagogia de êxito personalizado e da formação integral ('saber', 'saber-fazer', 'saber-aprender' e 'saber-ser'), não adoptou uma orientação diversificada, baseada nas competências, destrezas, valores e atitudes, de modo a canalizar os interesses dos alunos para o mercado de trabalho (flexibilidade) (Ferry, 1997).

Parecem caducas a ética e ideologia modernistas do trabalho pois já não é certo que, quanto mais trabalhamos melhor se encontra o mundo, que os que não trabalham, ou trabalham pouco, causam prejuízos à sociedade, nem quem trabalha bem, triunfa socialmente ou quem não triunfa leva em si mesmo a culpa do fracasso. Nada disso. A revolução do saber, as novas economias informatizadas, inteligentes e de trabalho não satisfazem, por si mesmas, as nossas exigências, pelo que a demanda social de produção já não tem necessidade de que todos trabalhem ou que o faça mas a tempo inteiro (problemáticas de quem ainda, como U. Beck, aposta em manter o estado de bem-estar renovado). Mas perante os índices elevados de desemprego, as políticas sociais propõem-se encontrar soluções a favor do emprego - reordenação do mercado de trabalho com propostas ou programas, tais como:

1.)- Mobilização da oferta de trabalho, criando possibilidades de emprego produtivo (apoios ao sector empresarial e industrial e a programas de contratos em estágio). Para evitar excedentes em áreas de emprego ou estrangulamentos de mão-de-obra, deve-se promover as transferências de mão-de-obra disponível para outros sectores, o que exige-se a reaprendizagens de novas formações e reconversão profissional;

2.)- Fomentar o espírito de investigação de novos produtos e actividades, o que implica novos métodos, mudanças organizativas que promovam melhores cotas de recursos e introduzam a flexibilidade produtiva (produção 'just-in-time') e a qualidade. Daí as instituições de ensino superior e os centros de investigação estarem em consonância com o mercado empresarial, apostando pela Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

3.)- Criação de postos de trabalho de tipo temporal, de modalidade recorrente ou estáveis no sector público ou em organismos de solidariedade social. Trata-se da possibilidade de emprego regular

através da programação de obras públicas e de oferta na administração local (saliente a inclusão dos cidadãos com necessidades educativas especiais e os benefícios fiscais sobre os ingressos directos, já que todos pagariam segundo a idade, estado de saúde e emprego baixando as taxas de pobreza relativa e absoluta - relação entre a renda como quantidade de trabalho social correspondente a cada pessoa).

4.)- Desenvolver competências e/ou capacidades relacionadas com as diversas demandas do mercado de trabalho, através de programas de formação contínua (modalidades diversificadas), de modo a tornar empregável o sujeito (intra-empresarial e extra-empresarial). Uma adequada política de emprego implica a exigência de empregabilidade, sabendo que as TIC poupam mão-de-obra e tempo de trabalho, o que obriga a redução de postos de trabalho nas empresas, exigindo uma bolsa de requalificação das competências dos desempregados, de modo a manter a competitividade.

5.)- Projecto de uma sociedade em que cada indivíduo trabalhe cada vez menos, mas que todos tenham trabalho e vivam bem (trabalhar menos para que todos possam ter trabalho). Neste sentido, a redução da jornada laboral e a flexibilização de horários apresenta-se como uma das soluções de futuro [2]. Neste sentido, a actuação na redução linear do trabalho, deverá evitar as desigualdades, a insegurança (racionalidade económica), o factor de exclusão, a má qualidade do sistema produtivo, etc. É já uma certeza as semanas laborais mais curtas (França), anos laborais mais curtos, vidas laborais mais curtas e a flexibilidade laboral.

No fundo, hoje, na sociedade do saber ou pós-industrial, atribuímos vantagens socioeconómicas em função do nível de educação formal - formação adquirida (títulos, certificações, diplomas) em vez de uma formação requerida. Ou seja, a lógica do emprego assalariado ou a cultura do pleno empre-

go não dá lugar à lógica da actividade humana plena que libere a exclusividade da noção do emprego como único meio de realização pessoal, identificação social, de integração na comunidade e fonte de ingressos e não a ocupação criativa, produtiva, participativa e cívica, do pleno valor e capacitação da realização pessoal, de socialização e plenitude humana (desenvolvimento sustentável e equilibrado, entre o tempo consagrado ao emprego e ao de ócio/lazer - revitalizar as formas de actividade humana).

Haverá que repensar e preparar o futuro perante os desafios da educação e ensino? Haverá que repensar a educação para saber como aprender no futuro? Qual o papel da escola? Haverá que refundar a escola com uma nova cultura escolar?

A U.E. pôs em marcha a Declaração de Bolonha para a convergência dos estudos, especialmente os superiores, para fazer frente aos desafios e incertezas deste novo milénio, a escola reage a mudanças e os sistemas educativos, pouco a pouco, se moldam às demandas do mercado de trabalho. Todas as mudanças afectam a educação e o ensino, envolvendo-se na aplicação ao trabalho, à ciência, à tecnologia, aos comportamentos das novas gerações e à vida. Repensar e preparar o futuro, analisando as características da nova ordem mundial e os problemas complexos que daí advém. As mudanças derivadas das TIC afectam o ensino e a informação virtual, a intimidade, a organização do trabalho e as formas de vida, gerando-se a 'era do acesso' (informação, conhecimento, metodologias) (Sennett, 2000).

Sabemos que cada sociedade tem a sua própria concepção de homem e da vida, em função do seu conhecimento e do seu domínio da natureza e do mundo. A educação deverá ser consequente em objectivos, conteúdos de formação, métodos, aprendizagens diversificadas, extraindo da aprendizagem os valores, atitudes e capacidades que sirvam para preparar o jovem no futuro (Vattimo, 1993).

Estamos numa sociedade de mudanças ('quê', 'onde'). No futuro já ninguém poderá orientar a sua vida com um piloto automático, ninguém garante, nem nos assegura o que vai ser o porvir, pois este implica descontinuidade, rupturas e desvios. O processo de globalização abarca: a dimensão económica (economia global), que apresenta problemas face aos valores sociais de existência e conviência; a dimensão cultural e social com os proble-

---

[2 ] A Associação Europeia para a Direcção do Pessoal (AEDP) realizou vários estudos (1993, 2000) sobre a utilização estratégica da flexibilidade laboral na Europa, de modo a valorizar o seu impacto nas políticas e práticas dos recursos humanos apoiados na flexibilidade, mas mantendo a competitividade das empresas. As decisões visaram flexibilidade relacionada com a quantidade e distribuição das horas em função do trabalho, a flexibilidade contratual, da duração da vida laboral activa e da relacionada com o trabalho (tele-trabalho, trabalho virtual, trabalho ao domicílio, etc).

mas surgidos pelo confronto entre o 'nacional' e o 'local', as sociedades multiculturais, as desigualdades, mundialização, mobilidade dos trabalhadores; a dimensão ecológica com a repercussão dos problemas ambientais e ecológicos mundiais (biodiversidade); a dimensão tecnológica com o impacto das TIC no ensino e na informação virtual; a dimensão laboral com mais desempregados, novas profissões e a necessidade de reciclagem, reatualização dos profissionais, etc.

Que modelo de 'paradigma' é mais idóneo para enfrentar o futuro? Que objectivos incluirão o projecto curricular de escola, para configurar o novo homem/mulher na sociedade do saber? Que tipo de competências, conteúdos, experiências e valores se exigirão? Que modelo ético, sistema de valores para fundamentar a educação?

São questões complexas, que levar-nos-iam a uma análise mais alargada e de intersecção com outros problemas atuais. Poderíamos afirmar, que daqui para a frente, perante o processo de globalização, teremos que ensinar as novas gerações a pensar globalmente, mas simultaneamente a saber actuar e a resolver localmente (Borja y Castells, 1999).

## REFERÊNCIAS

-BECK, U. *Qué es la globalización? falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. B. Aires: Paidós, 1998.

-BAUMAN, Z. *Postmodern Ethics*. London: Routledge, 1993.

-BAUMAN, Z. *Ethics After Certainty*. London: Demos, 1994.

-BORJA, J. y CASTELLS, M. *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. (3.ª ed.). Madrid: Taurus, 1999.

-BRUNI, L. (coord.) *Economía de comunión. Por una cultura económica centrada en la persona*. Madrid: Ciudad Nueva Madrid, 1999.

-CANÁRIO, M.ª Beatriz B. 'Parcerias educativas e relação escola/comunidade'. *Cadernos de Educação de Infância*, n.º 52, p. 42-44, 1999.

-COLOM, A. J. (1997). 'La regionalización de la educación como tecnología cognitiva virtual'. *Revista de Teoría de la Educación*, 9, p. 7-19, 1997.

-COLOM, A. J. y MÈLICH, Joan-Carles. *Después de la modernidad. Nuevas filosofías de la educación*. Barcelona: Paidós, 1994.

-CORTINA A. *La ética de la sociedad civil*. Madrid: Anaya, 1995.

-DOMENACH, J-M. *Abordagem à modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995

-FERRY, L. *L'Home Dieu ou le sens de la vie*. Paris: Grasset, 1997

-FINKIELKRAUT, A. *La derrota del pensamiento*. Barcelona: Anagrama, 1987.

-GERVILLA, Castillo E. *Postmodernidad y educación. Valores y cultura de los jóvenes*. Madrid: Dykinson, 1993

-GIROUX, H. *Ideology, cultura and process of schooling*. London: The Falmer Press, 1981.

-HABERMAS, J. *El discurso filosófico de la modernidad*. Madrid: Taurus, 1989.

-HUSÉN, T. *The school in question*. N. York: Oxford University Press, 1979.

-JAMESON, F. *El postmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado*. Barcelona: Paidós, 1991.

-LIPOVETSKY, G. *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1989.

-LIPOVETSKY, G. *O crepúsculo do dever. A ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994.

-LYON, D. *Postmodernidad*. Madrid: Alianza, 1996

-LYOTARD, J.F. *La condición posmoderna*. Madrid: Cátedra, 1987.

-LYOTARD, J. F. *Le postmoderne explique aux enfants*. Paris: Éditions Galilée, 1988.

-MATTELART, A. *La mundialización de la comunicación*. B. Aires: Paidós, 1998.

-MICHEL, A. 'Una visión prospectiva de la educación: reptos, objetivos y modalidades'. *Revista de Educación (Número Extraordinário)*, p. 13-23, 2002

-MORALES GUTIÉRREZ, A. C. 'El imaginário social de la participación y el modelo cooperativo como arquetipo empresarial tipo 'O''. *Revista del CIRIEC*, n. 40, p. 43-72, Abril, 2002.

-MORALES GUTIÉRREZ, A. C.; CHAVES, R. y MONZÓN CAMPOS (ed.s). *Análisis económico de la empresa autogestionada*. València: CIRIEC-España, 2004

-MORIN, E. *El método. La vida de la vida*. Madrid: Cátedra, 1983

-RODRÍGUEZ, Leopoldo J. C. 'Educación y Desarrollo'. *Revista de Educación*, n.º 322, p. 211-246, 2000.

-RODRIGUEZ NEIRA, T. 'La escuela del futuro: situaciones y programas'. *Aula Abierta*, 70, p. 3-25, 1997

-SENNETT, R. *La corrosión del carácter*. Barcelona: Anagrama, 2000

-TOFFLER, A. *El cambio del poder*. Barcelona: Plaza y Janés, 1991.

-TORRE GARCÍA, A. De la y CONDE VIÉITEZ, J. *El desafío del cambio tecnológico. Hacia una nueva organización del trabajo*. Madrid: Tecnos, 1998.

-TOURINÁN, J. M. 'Globalización, desarrollo y políticas regionales de IDT'. In *Seminário Internacional sobre Cooperación al Desarrollo*. Murcia: Caja de Murcia, 1999.

-VATTIMO, G. *El fin de la modernidad*. Barcelona: Gedisa, 1986.